



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 10280.722848/2009-94  
**Recurso n°** Voluntário  
**Acórdão n°** 1202-000.846 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 8 de agosto de 2012  
**Matéria** DCOMP  
**Recorrente** BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Exercício: 2007

ESTIMATIVAS RECOLHIDAS A MAIOR QUE O DEVIDO. ERRO NA BASE DE CÁLCULO. INDÉBITO. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.

O recolhimento a título de estimativas em montante maior que o devido após retificação na base de cálculo faz gerar indébito passível de repetição pela via da compensação. Afastado o motivo jurídico do indeferimento da homologação da compensação, cabe à unidade de origem analisar a existência, suficiência e disponibilidade do crédito.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso voluntário para afastar o argumento jurídico da não homologação, determinando o retorno do processo à unidade de origem para apuração da certeza e liquidez do crédito apontado na PerDcomp.

*(assinado digitalmente)*

Nelson Lósso Filho - Presidente

*(assinado digitalmente)*

Viviane Vidal Wagner - Relatora

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Nelson Lósso Filho, Carlos Alberto Donassolo, Geraldo Valentim Neto, Orlando Jose Gonçalves Bueno, Viviane Vidal Wagner e Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto pelo contribuinte em face de decisão de primeira instância que julgou improcedente a manifestação de inconformidade contra a não homologação de PER/DCOMP, cujo relatório reproduzo abaixo, por bem descrever os elementos constantes dos autos.

*Trata-se de PER/DCOMPs transmitidos em 11/01/2007, 23/01/2007 e 31/01/2007 pela contribuinte acima identificada, nos quais está indicado o crédito de R\$ 9.054,76, 9.044,58 e 5.064,43, respectivamente, resultantes de pagamento indevido ou a maior originário de DARF relativo à receita de código 2469, do período de apuração de 30/11/2004, no valor originário de R\$ 62.306,99.*

*A Delegacia de origem, em análise datada de 19/04/2010 (fl. 16), asseverou que:*

*“De acordo com as informações prestadas pelo contribuinte nos referidos documentos, a demonstração do direito creditório está contemplada em outro PER/DCOMP, qual seja, o de nº 31266.25957.050107.1.3.04-6047, no âmbito do processo 10280.905561/2009-06.*

*Ocorre, no entanto, que o referido crédito foi integralmente deferido, nos termos do Despacho Decisório com nº de rastreamento 848565825 (cópia à fl. 14).*

*Por conseqüência, não há que se proceder à homologação das compensações”.*

*Cientificada em 03/05/2010, a interessada apresentou, em 28/05/2010, manifestação de inconformidade na qual alega (fls. 21/29):*

*“Em 30.12.2004 o Banco efetuou recolhimento indevido no valor de R\$62.306,99, relativo a CSLL base Nov/2004 com base em balanço/balancete de suspensão ou redução.*

*Em 05.01.2007 o Banco procedeu a compensação utilizando o referido crédito através da PER/DCOMP nº 31266.25957.050107.1.3.04-6047, onde o crédito atualizado a taxa SELIC acumulada de 32,69%, passou a ser de R\$82.675,15, que serviu para compensar o débito abaixo, apurado com base em balanço/balancete de suspensão e redução, remanescendo um saldo de crédito atualizado de R\$12.014,76 (saldo original remanescente R\$9.044,58) para ser compensado posteriormente.*

*- IRPJ base Ago/2006 no valor de R\$56.938,27, mais juros/multa, totalizando R\$70.660,39.*

*Importa destacar, aqui, que o ora contribuinte interpôs Manifestação de Inconformidade relativo ao processo nº 10280.905.561/2009-06, em que se discute, na esfera administrativa, a validade do crédito tributário originário, **não se podendo falar, assim, em desconsideração definitiva do mesmo como ressaltado no despacho decisório ora combatido.***

*O saldo de crédito original remanescente (...) foi utilizado para compensar os débitos abaixo (...) utilizando os seguintes PER/DCOMPs:*

*- PER/DCOMP nº 42021.06943.110107.1.3.04-5060, transmitido em 11/01/2007...*

*- PER/DCOMP nº 04842.06160.230107.1.3.04-5804, transmitido em 23/01/2007...*

*- PER/DCOMP nº 20604.64930.310107.1.3.04-5006, transmitido em 31/01/2007...*

*(...)*

*O art. 74 da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei 10.637/2002, estabelece que o sujeito passivo que apurar crédito relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.*

*Portanto, desde que configurado o crédito tributário, o direito à compensação decorre do mandamento legal contido no art. 74 da Lei 9.430/96.*

*(...)*

*O artigo 35 da Lei 8981/95, então, prevê que a pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês, desde que demonstre, através de balanços ou balancetes mensais, que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto, no período em curso.*

*Entretanto, quando da análise da matéria o órgão Julgador levou em consideração apenas a literalidade do disposto no art. 10 da IN 600/2005...*

*Ocorre que o contribuinte, conforme permitido pelo art. 35 da Lei 8.981/95, emitiu balancete acumulado na apuração do lucro real por estimativa mensal e, assim, poderia realizar a compensação naquele período, na medida em que procedeu regularmente ao determinado pelo artigo 10 da IN 600/05, uma vez que a compensação ocorreu “ao final do período de apuração”.*

*(...)*

*Aliás, a matéria foi devidamente elucidada pelo IN 900/08, conforme disposto no inciso IX, do § 3º, do art. 34, ao não proibir a compensação em comento...*

*...em conformidade com o disposto no art. 14 da Lei 11.488 de 15/06/2007 e a Medida Provisória nº 303/2006, alterando o art. 44, 1 da Lei 9.430/96, com base no Parecer PGFN/CDA nº 777/2008, de 30/04/2008, referente às penalidades aplicáveis, impõe-se o necessário afastamento da multa de mora respectiva.*

(...)

*Diante do exposto requer-se:*

*1 A declaração de homologação da compensação realizada pelo recorrente, tendo em conta a inexistência de vedação legal apta a afastar a legalidade do procedimento utilizado pelo contribuinte, e, o conseqüente afastamento da cobrança ilegítima dos valores cobrados no despacho decisório ora impugnado;*

*2. Ou, ainda, na remota possibilidade de manutenção da decisão administrativa de não homologação da compensação, requer-se, subsidiariamente, o afastamento da imposição da multa de mora no caso em questão, tendo em conta o disposto no art. 14 da Lei 11.488 de 15/06/2007 e a Medida Provisória nº 303/2006, alterando o art. 44, 1 da Lei 9.430/96, com base no Parecer PGFN/CDA nº 777/2008, de 30/04/2008.”*

*É o relatório.*

A 3ª Turma da DRJ/Belém julgou procedente improcedente a manifestação de inconformidade, editando a seguinte ementa:

*Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário Ano-calendário: 2007 DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. ÔNUS DA PROVA.*

*Considera-se não homologada a declaração de compensação apresentada pelo sujeito passivo quando não reste comprovada a existência do crédito apontado como compensável. Nas declarações de compensação referentes a pagamentos indevidos ou a maior o contribuinte possui o ônus de prova do seu direito.*

*COMPENSAÇÃO. DCOMP. MULTA DE MORA. APLICABILIDADE.*

*Descabe excluir a multa de mora no caso de recolhimento com atraso, no caso caracterizado pela entrega da Dcomp em data em que o débito já estava vencido.*

Cientificado dessa decisão em 18/01/2011 (conforme AR, fl.115, verso), o contribuinte, inconformado, apresentou recurso voluntário ao CARF, em 02/02/2011, conforme cópia do comprovante de interposição do recurso juntado em 31/03/2011 (fls.116-126), nos mesmos moldes da manifestação de inconformidade, acrescentando a que a 1ª Turma da 1ª Câmara da 1ª Seção do CARF, decidiu através do acórdão 101-00303, de 20.05.2010 que os valores recolhidos indevidamente ou a maior a título de imposto de renda mensal para as

Processo nº 10280.722848/2009-94  
Acórdão n.º **1202-000.846**

**S1-C2T2**  
Fl. 148

---

empresas optantes pelo lucro real anual podem compensar desde o momento do recolhimento, não seguindo a regra de compensação com o devido na apuração anual. Cita decisão judicial no mesmo sentido.

O processo nº 10280.905561/2009-06, referente ao crédito alegado na PER/DCOMP em análise, foi distribuído, a pedido, a esta relatora, para fins de apreciação preliminar a este na mesma sessão de julgamento.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Viviane Vidal Wagner, Relatora

Presentes os pressupostos recursais, inclusive o temporal, o recurso deve ser conhecido.

O crédito referente a este pedido de compensação foi analisado no processo nº 10280.905561/2009-06, com o qual este mantém relação de dependência.

Trata-se aquele crédito de indébito gerado por recolhimento a maior a título de estimativa, que vem sendo reconhecido pela jurisprudência da Câmara Superior de Recursos Fiscais, como se depreende do julgado citado:

*Ementa: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS A MAIOR QUE O DEVIDO.*

*O valor do recolhimento a título de estimativa que supera o valor devido a título de antecipação do imposto de renda (ou da contribuição social sobre o lucro) de acordo com as regras previstas na legislação aplicável é passível de compensação/restituição como pagamento indevido de tributo. (Acórdão nº 9101-00406, de 02/10/2009)*

Nesse sentido, naquele processo, em julgamento nesta mesma sessão, assim como nos processos semelhantes do mesmo sujeito passivo julgados anteriormente, a turma reconheceu o direito creditório em tese, determinando sua devolução à unidade de origem para a apuração da liquidez e certeza do crédito apontado na PER/DCOMP respectiva, bem assim a suficiência para quitar os débitos compensados.

Diante disso, deve ser afastado o entendimento restritivo quanto à possibilidade de aproveitamento das estimativas recolhidas a maior, no presente processo, dado pela DRF e confirmado pela DRJ, o que não implica na automática homologação da compensação pretendida.

O reconhecimento de direito creditório exige prova de sua liquidez e certeza, cumprindo ao contribuinte fazer prova inequívoca da base de cálculo correta do tributo que teria gerado o crédito.

Todavia, no presente caso, em razão da negativa de homologação da compensação por motivo de direito, deixou de ser analisado o aspecto fático do crédito, como a sua existência, suficiência e disponibilidade para fins de homologação da compensação pretendida.

Verifica-se que, na PER/DCOMP apresentada no processo nº 10280.905561/2009-06, a recorrente pediu a compensação parcial do crédito, tendo restado o saldo de R\$ 9.064,76, conforme abaixo:



*PER/DCOMP (fl.10):*

*Grupo de Tributo: Data de Arrecadação:*

*Valor Original do Crédito Inicial: 62.306,99*

*Crédito Original na Data da Transmissão: 5.064,43*

*Selic Acumulada: 32,69%*

*Crédito Atualizado: 6.719,99*

*Total dos débitos desta DCOMP: 6.719,99*

*Total do Crédito Original Utilizado nesta DCOMP: 5.064,43*

*Saldo do Crédito Original: 0,00*

Ocorre que a unidade de origem, responsável pela análise da compensação e, *a priori*, pela sua homologação, após verificar que se tratava de crédito decorrente de recolhimento efetuado a título de estimativa, estancou a análise nesse ponto. Concluindo não haver fundamentação jurídica para o pleito, conseqüentemente, deixou-se de verificar a fundamentação fática no caso. Assim, resta verificar, no caso concreto, a suficiência do crédito alegado para fins de homologação da compensação pretendida.

Considerando a inexistência de prévia manifestação da autoridade competente sobre a liquidez e certeza do crédito, é de rigor que seja observada a competência original para a análise do crédito, não competindo a este órgão de julgamento em segunda instância manifestar-se pela primeira vez sobre os elementos fáticos do processo.

Como foi reconhecido que o direito pleiteado no processo nº 10280.905561/2009-06 é bom, o saldo do crédito reconhecido e apurado naqueles autos poderá ser utilizado nas compensações pretendidas no presente processo, desde que comprovada a liquidez, certeza e suficiência do crédito.

Diante do exposto, dou provimento parcial ao recurso voluntário para afastar o argumento jurídico da não homologação, determinando o retorno do processo à unidade de origem para apuração da liquidez e certeza do crédito apontado na PER/DCOMP, bem assim a sua suficiência para quitar os débitos compensados, homologando ou não as compensações pretendidas.

*(assinado digitalmente)*

Viviane Vidal Wagner

Processo nº 10280.722848/2009-94  
Acórdão n.º **1202-000.846**

**S1-C2T2**  
Fl. 152

---

CÓPIA